

O salto do petróleo

Josaphat Marinho

03 JUL 1999

Em artigo na *Folha de S. Paulo* (15.6), o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo afirmou ser a política de concessão de áreas de exploração a empresas privadas "um novo ciclo de expansão das atividades científicas, tecnológicas e industriais brasileiras". Realça "o fim de um período histórico em que a Petrobras exerceu, de forma exclusiva, o monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra desse recurso". Vaticina que a mudança "deverá resultar num salto de desenvolvimento de imensas proporções".

Toda gente há de aspirar que assim ocorra, para o bem do país. Será, porém, uma exceção ao até aqui prometido pelo atual governo. As promessas não se convertem em realidade. Educação, saúde, rodovias não correspondem ao que foi anunciado. As disparidades sociais e econômicas se avolumam. Ampliou-se o desemprego. Até a estabilidade do real, repetidamente assegurada, não resistiu à crise. A administração não se preparou para mantê-la. As privatizações não produziram efeitos benéficos para a

população até aqui. Mesmo no setor do petróleo, os seus derivados não cessam de subir de preço.

Demais, não é fácil acreditar em tantas vantagens se perdemos poder sobre a economia do petróleo, desde que empresas estrangeiras passam a atuar na pesquisa e lavra. E ainda menos se entende a transformação porque o diretor e articulista avança que "caminhamos, no médio prazo, para uma posição de baixa dependência da importação". Ora, se essa "posição" se verifica é porque a Petrobras, durante o tempo em que exerceu o monopólio pela União, cumpriu bem sua tarefa de descobrir e industrializar o produto. Não houvesse sido eficiente e não estaríamos em marcha para "baixa dependência de importação". Por não compreender-se a mudança é que o jornal *A Tarde*, de Salvador, citando o esforço dos principais países produtores de petróleo em conservar o domínio do Estado, observou, em editorial, que o Brasil cometia um "erro estratégico" (15.6).

Tanto maior é o erro porque a

exploração do petróleo não deve ser vista apenas como um problema econômico. Se bem aproveitada é fonte de recursos assegurados da independência dos países, sendo natural preservá-lo para o bem-estar da sociedade. Não há como preservá-lo devidamente, as empresas privadas, e sobretudo estrangeiras, ingressam no processo de exploração. A elas interessa o lucro, que resultará de mais intensa atividade no sentido de descobrir petróleo. O controle da produção, que protege o futuro do país, lhes é estranho. Porém elas ficam conhecendo o potencial da riqueza existente. Esse conhecimento é tanto mais perigoso em face do atual processo de globalização, que privilegia o domínio dos países que já atingiram maior nível de desenvolvimento econômico e tecnológico. Agora mesmo Celso Furtado advertiu sobre a necessidade de distinguir os tipos de globalização. Apontou a que representa "um imperativo histórico que condiciona a evolução de todas as economias". É a globalização "em nível

dos sistemas econômicos". E ressaltou a outra, "a globalização virtual dos fluxos financeiros e monetários", ocorrente "em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo civilizado, tendo como pólos os Estados Unidos, a Eurolândia e o Japão". Esses são "pólos de dominação". Se desgarnecemos a nossa economia, num processo de privatização excessiva, ficamos expostos a esses "pólos de dominação".

O enfraquecimento gradual da política estatal do petróleo é uma das formas de abertura para essa dominação. A ânsia de multiplicação de recursos, que não se opera de ímpeto nem por milagre, faz com que sejam esquecidos ou subestimados os valores que protegem o futuro do país. Se não houver clara visão dos dias de amanhã, o que se imagina ser "o salto de desenvolvimento" poderá significar um salto no escuro, de riscos imprevisíveis.

■ Josaphat Marinho, ex-senador pela Bahia, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia